

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.460 - SP (2018/0344011-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADOS : **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560**
RONALDO VASCONCELOS - SP220344
ALINE DE TOLEDO MARTINS - SP358663
RECORRIDO : **EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A**
AGRAVANTE : **EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A**
ADVOGADO : **PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709**
AGRAVADO : **RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADOS : **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560**
RONALDO VASCONCELOS - SP220344
ALINE DE TOLEDO MARTINS - SP358663

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/2015. PROVIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de indenização.
2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).
3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/2015, rejeitam-se os embargos de declaração.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Recurso especial interposto por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS provido para fixar os honorários de

Superior Tribunal de Justiça

sucumbência em favor do recorrente para 10% sobre o proveito econômico. Agravo em recurso especial interposto por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A conhecido, recurso especial conhecido parcialmente e, nesta extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e de agravo em recurso especial interposto por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A contra decisão que negou seguimento a seu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS em: 14/05/2018.

Agravo em recurso especial interposto por EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S/A em: 09/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 04/01/2019.

Ação: de indenização ajuizada por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A em face de RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS em razão da ocorrência de falhas na prestação dos serviços advocatícios, consistente na perda de prazo para interposição de apelação e na interposição de agravo de instrumento deficientemente instruído contra decisão de liquidação de sentença, que gerou graves prejuízos financeiros à autora.

Sentença: extinguiu o processo com resolução de mérito ante o reconhecimento da prescrição.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A e deu provimento parcial à apelação interposta por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS, nos termos da seguinte ementa:

"Ação de indenização. Mandato. Perda de uma chance. Sentença de extinção, com fundamento no art. 487, II, CPC. Prazo

prescricional decenal. Art. 205 do CCivil. Demanda calcada em responsabilidade civil por descumprimento do instrumento de mandato, mormente por alegadas falhas na atuação dos profissionais contratados. Início da fluência do prazo a partir da ciência da lesão e de toda a sua extensão. Hipótese na qual o prazo teria passado a correr a partir da negativa de conhecimento do agravo de instrumento tirado contra decisão que liquidou a sentença contrária ao autor. Ação rescisória, porém, ajuizada pelo próprio escritório réu, que interrompeu a prescrição em 26.04.2004. Ação indenizatória proposta em 10.06.2016. Prescrição decenal ocorrida. Sentença mantida, apesar do lapso decenal. Honorários do patrono do escritório réu majorados a R\$ 5.000,00. Apelo da autora improvido, parcialmente provido o do réu." (fl. 1.884, e-STJ).

Embargos de declaração: opostos por ambas as partes, foram desacolhidos.

Recurso especial interposto por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS: fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 85, §§ 1º, 2º e 6º, do CPC/2015, sustentando, em síntese, que os honorários advocatícios devam ser fixados sob o parâmetro do proveito econômico.

Recurso especial interposto por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A: fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Aponta ofensa aos arts. 202 do CC e 1.022, II, do CPC/2015, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, i) que a ação rescisória apresentada pelo recorrente RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS não possui o condão de interromper o prazo prescricional da ação indenizatória por erro profissional porquanto a rescisória teria objetivo e partes diversas da ação indenizatória; ii) que não houve a análise da ofensa ao art. 202 do CC pelo acórdão que julgou os embargos de declaração iii) que a ação rescisória não interrompe a prescrição.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- **Julgamento:** aplicação do CPC/2015

- **DO RECURSO INTERPOSTO POR RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS :**

- **Da fixação de honorários advocatícios (Súmula 568/STJ)**

Inicialmente, cabe ressaltar que a 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte quanto à fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação,

serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. (...)

Da análise dos autos, constata-se que a apelação do recorrente foi parcialmente provida fixando os honorários advocatícios "o valor de R\$ 5.000,00, por equidade (CPC, 85, § 8º), montante esse mais consentâneo com a complexidade da causa e trabalho advocatício realizado" (fl. 1.887, e-STJ).

Assim, considerando o atual posicionamento do STJ, ressalvado o entendimento desta Relatora, e as circunstâncias da demanda, a decisão, nesse ponto específico, há de ser reformada, a fim de que a situação dos patronos da parte vencedora adeque-se à tese firmada pela 2ª Seção no referido julgamento.

Ademais, quanto ao tema, este Superior Tribunal de Justiça, no recente julgamento do REsp 1746072, publicado no DJe de 29/03/2019, consolidou seu entendimento no sentido de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, devendo ser observados os limites de 10% a 20% previstos no artigo 85, § 2º, do CPC/2015, a incidir sobre o valor da condenação, o proveito econômico tido pelo devedor ou o valor atualizado da causa.

- DO RECURSO INTERPOSTO POR EDP SAO PAULO

DISTRIBUICAO DE ENERGIA S/A:

1. Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da interrupção da prescrição com a propositura da ação rescisória, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

2. Do reexame de fatos e provas

No que pertine à alegação de que a ação rescisória proposta não teve o condão de interromper a fluência do prazo prescricional, e sim, houve a mencionada interrupção com a propositura da ação cautelar promovida para esse fim em 2014, o acórdão recorrido assim assentou:

"(...) a fluência do prazo decenal, no caso, não teria início no trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento, mas sim a partir da ciência, pelo autor, de que o resultado que lhe é desfavorável tornou-se definitivo, o que se deu em 23 de junho de 2009, com a negativa de conhecimento do agravo de instrumento interposto contra a decisão que liquidou a sentença da fase de conhecimento, quando efetivamente soube-se o montante referente à condenação do autor (v. fl. 494/496).

No entanto, após o trânsito em julgado foi ajuizada ação rescisória pelo próprio escritório réu, em 26.07.2004, a qual

interrompeu o prazo prescricional, nos termos e conforme o artigo 202, I, do Código Civil. Tendo havido nessa ocasião a interrupção, efetivamente é ineficaz a posterior cautelar interruptiva de protesto, já que só por uma vez pode ocorrer a interrupção (“caput” do citado artigo 202).

Como a ação foi proposta em 10.06.2016, mesmo sendo decenal a prescrição, seu prazo fluíu inexoravelmente, mantida assim a r. sentença, embora por outros fundamentos." (fls. 1.886/1.887, e-STJ).

Alterar o decidido no acórdão impugnado exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

3. Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República, por ausência de similitude fática entre os acórdãos colacionados para fins de demonstração de divergência jurisprudencial.

A propósito: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial interposto por RUSSO, MARUYAMA, OKADA - ADVOGADOS ASSOCIADOS e DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários advocatícios em 10% sobre o proveito econômico, e CONHEÇO do agravo interposto por EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A , para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora

